

San Paulo Gas Company e as promessas desiguais da modernização

Renata Geraissati
Castro de Almeida
Colaboração: Diógenes Sousa
Arte: Eduardo Grigaitis



Casa das Retortas, no Brás. Acervo Fundação Energia e Saneamento.



Diretora: Adriana Rizkallah

A história da Companhia de Gás em São Paulo começa décadas antes da denúncia. A concessão da iluminação pública, restrita à área central, foi transferida em 1869 a um grupo de empresários ingleses que fundou, em Londres, a San Paulo Gas Company Ltd..

Em 6 de janeiro de 1872 acenderam-se, de modo experimental, os primeiros lampiões a gás da capital, e em 28 de agosto do mesmo ano a empresa recebeu, por decreto imperial, a concessão oficial para atuar no Brasil Império.

Inicialmente, o contrato garantia o monopólio do fornecimento de gás tanto para a iluminação pública quanto para a particular.

Apenas em 1897, com a promulgação da Lei nº 440 de 1896, a Companhia obteve autorização para estender seus serviços ao fornecimento de combustível para uso doméstico e industrial.

O gás, que iluminava ruas e praças, começava a penetrar também nos interiores das casas e oficinas. Logo, o papel do abastecimento de fogões e aquecedores nas residências e comércio suplantou o da iluminação.

Os Relatórios da própria Companhia mostram que, em 1910, o consumo para iluminação particular era de 5.386.878 metros cúbicos, enquanto o destinado aos fogões era de 2.489.020.

Em 1916, essa relação se inverteria: 1.956.326 metros cúbicos para iluminação e 7.927.498 para fogões e aquecedores (p.41).

O gás, presente desde o final do século XIX, representava uma promessa de conforto doméstico com fogões mais limpos e cozinhas mais modernas.

Nas cozinhas paulistanas, o gás substituía o carvão e a lenha, reduzindo fuligem e tempo de preparo, se tornando um símbolo de eficiência e civilização. A instalação de encanamentos exigia reformas caras, e as tarifas tornavam o serviço inviável para a maioria.



Operários na construção da estrutura do gasômetro do Brás. Ao lado, no centro da cidade, poste de iluminação a gás.



O gás, assim como a água encanada e o esgoto, consolidava-se como um marcador de hierarquia urbana.

A produção de gás era um processo complexo e industrial. O carvão era queimado em ambientes fechados — as chamadas retortas — e submetido a temperaturas altíssimas que provocavam o desprendimento da parte volátil, coletada por canalizações situadas na parte

superior das câmaras. Dessa mistura resultavam gás e alcatrão.

Após a separação e purificação, o gás era armazenado nos gasômetros — grandes reservatórios metálicos flutuantes sobre tanques de água.

Essas estruturas, formadas por anéis concêntricos, subiam e desciam conforme o volume armazenado, mantendo constante a pressão da distribuição.

O primeiro gasômetro de São Paulo foi construído em 1872, na Chácara do Ferrão no Brás. A região, conhecida posteriormente como Rua do Gasômetro, se tornaria um marco da infraestrutura urbana e industrial da cidade. Hoje é um polo de lojas de madeira e acabamento para móveis

Dali partiam as tubulações que levavam o gás aos bairros centrais, conectando São Paulo a uma rede subterrânea de energia e consumo.



O processo de produção do gás era complexo. Nas fotos é possível ter uma noção da quantidade de carvão necessária para abastecer a cidade que demandava o uso do gás de maneira acelerada. Tudo era processado na Casa das Retortas, na região do Parque Dom Pedro, de onde partiam as redes de distribuição.

Mas o custo do serviço e o sistema de cauções mantinham a exclusão: a energia que modernizava o cotidiano era, ao mesmo tempo, um privilégio de poucos.

É nesse contexto que, em 1915, A Gazeta lança sua série de artigos intitulada "Os Vampiros do Povo". A crítica era dupla: econômica e moral.

O jornal calculava que a Companhia lucrava cerca de 80 contos de réis anuais apenas com as cauções dos consumidores — valores "extorquidos ao público".

A empresa pagava juros de 4% sobre os depósitos, mas utilizava esse mesmo dinheiro para investir em hipotecas, imóveis e comércio, com retornos superiores a 12%. A diferença, dizia o jornal, alimentava um lucro "sem trabalho", sustentado pelos próprios consumidores.

Quem tentasse reaver o depósito feito na companhia enfrentava longas esperas e cobranças adicionais: o valor jamais era devolvido.

"Todo o dinheiro que caía nos cofres da empresa era automaticamente incorporado ao seu capital", dizia A Gazeta, "e o público era o acionista forçado que jamais receberia juros e jamais poderia reaver o capital extorquido".

O periódico lembrava ainda que, em nenhum outro país, exigia-se depósito semelhante. França, Bélgica, Espanha e Portugal adotavam apenas termos de confiança entre empresa e consumidor.

Assim como quando a água passou a ser um bem cobrado da população, após a criação da Cia Cantareira, a concessão dos serviços de produção e distribuição de gás foi alvo de severa crítica da imprensa, que inflamava o debate sobre qual tecnologia seria melhor para a cidade. O gás ou a eletricidade.

Via-se, portanto, na prática paulistana, um sintoma do desequilíbrio entre poder econômico e interesse público — tema recorrente na história urbana brasileira.

Três dias após a primeira denúncia, em 19 de julho de 1915, A Gazeta retomou o tema com novas manchetes: "Mil e quinhentos contos que os donos não tornam a ver" e "O gás, em São Paulo, é mais caro do que em qualquer parte do mundo".

O jornal confrontava a Companhia com dados comparativos: o metro cúbico de gás custava 92 réis em Bruxelas, 119 em Madri, 128 em Lisboa e 242 em São Paulo.

Além do escândalo tarifário, havia uma outra provocação. O periódico alertava que a Companhia não oferecia garantias de restituição dos depósitos caso viesse a falir — e que a falência era possível, diante da ascensão de uma nova concorrente: a eletricidade.

A imprensa reconhecia que o gás perderia terreno frente à energia elétrica, que custava três vezes menos e apresentava novas possibilidades de uso.

"Na Europa", dizia o texto, "inúmeras fábricas de gás estavam sendo fechadas em função da concorrência com a eletricidade".

Essa disputa tecnológica refletia uma mudança: o gás havia sido o combustível da cidade oitocentista e a eletricidade, símbolo do século XX, prometia um novo horizonte de eficiência.

Mil e quinhentos contos que os donos não tornam a ver

O syndicato do gás não oferece garantia alguma dos depósitos e cauções que extorque ao público

No caso prevável de falência, a Companhia não poderá reembolsar os depósitos

O gás, em S. Paulo, é mais caro do que em qualquer parte do mundo

Já vimos que a omnipotente Companhia do Gás, com o sistema das cauções de consumo, conserva presentemente em seu gabinete, que é o seu rei, esse capital, que é o gás pernoso, e uma fonte de avultados lucros para o syndicato extrangeiro. Quem, neste momento de crise geral e de raridade do dinheiro, dispõe dum capital de mil e quinhentos contos — e realizado pelo consórcio — está seguro de o poder multiplicar com toda a facilidade. Extorquindo ao público tão elevada quantia a título de garantia, a Companhia pode dispor, a qualquer hora, de lucros que a tornam estapafúrdia. Pode estimar-se que diminuição anual daquele capital dos consumidores, ou seja, a verba que o público não é mais capaz de fornecer, é de mil e quinhentos contos. O que é que o público não consegue mais devolver? E como é que a Companhia, com a diferença de que é mais caro do que qualquer parte, uma produção também mais cara do que em qualquer parte. O lucro não só para os verdadeiros acionistas, mas para os engajadores e diretores daquela atropela, que não se difere, assazmente, ao engenho, como espílio o público, das "antiquas" que ultimamente cahiram só a alcáçova policial...

A Companhia exige do público o depósito de mil e quinhentos contos para lhe fornecer o gás. A Companhia não tem confiança alguma no consumidor. A Companhia antecipadamente se guarda contra todos os riscos preváveis, exigindo queões que, somadas, ficam talvez mais de mil e quinhentos contos. Quem tanto importa do público, que não é capaz de fornecer um metro cúbico de fumo com confiança, deve dar, por seu turno, garantia de que não pode recorrer a outras fontes. Onde se encontra tal garantia? Quem é que garante os VALORES DA COMPANHIA NAO ASSEGURAM O REEMBOLSO DOS DEPÓSITOS. EM CASO DE FALÊNCIA? A falência é verossímil quando o possível excede o actual. A Companhia possue, além disso, obrigações, nistais e outros credores privilegiados. Os acionistas, responsáveis de certo modo, e tanto quanto se pode, devem pagar as portas, o consumidor paga por ter a esperança de reembolso dos seus depósitos. A COMPANHIA OBIGA-NOS A UMA CAUÇÃO, PELO CONSUMO DO GÁS, CUJO REEMBOLSO ELLA NÃO ESTÁ EM CIRCUMSTÂNCIAS DE PODER GARANTIR. Nunca se viu situação mais original e mais pitoresca.

Outra hipótese da falência da Companhia não está, somente dentro dos domínios das possibilidades humanas. TORNOU-SE PROVÁVEL. O desempenho das suas exigências, o preço elevadíssimo do seu produto, o espírito de rapina que anima as suas transações, — tudo isso contribui para indispor o consumidor e alienar-o. O gás, que é de longe o que se encontra em maiores escalações no eletricidade. Não é ella barata em São Paulo, mas, assim, custa três vezes menos que o gás. Hoje, há aparelhos e dispositivos que permitem empregar a eletricidade como agente de calor. A poucos e poucos o público



Com a chegada da São Paulo Tramway, Light and Power Company, em 1899, a nova empresa canadense trouxe capital e tecnologia para explorar a geração e a distribuição de energia elétrica, além dos bondes eletrificados e da iluminação pública a eletricidade.

Em 1912, a Light adquiriu o controle acionário da San Paulo Gas Company, que necessitava de investimentos para modernizar suas instalações e o gás foi progressivamente deslocado de sua função original. Com a perda do contrato de iluminação pública, encerrado definitivamente em 1936.

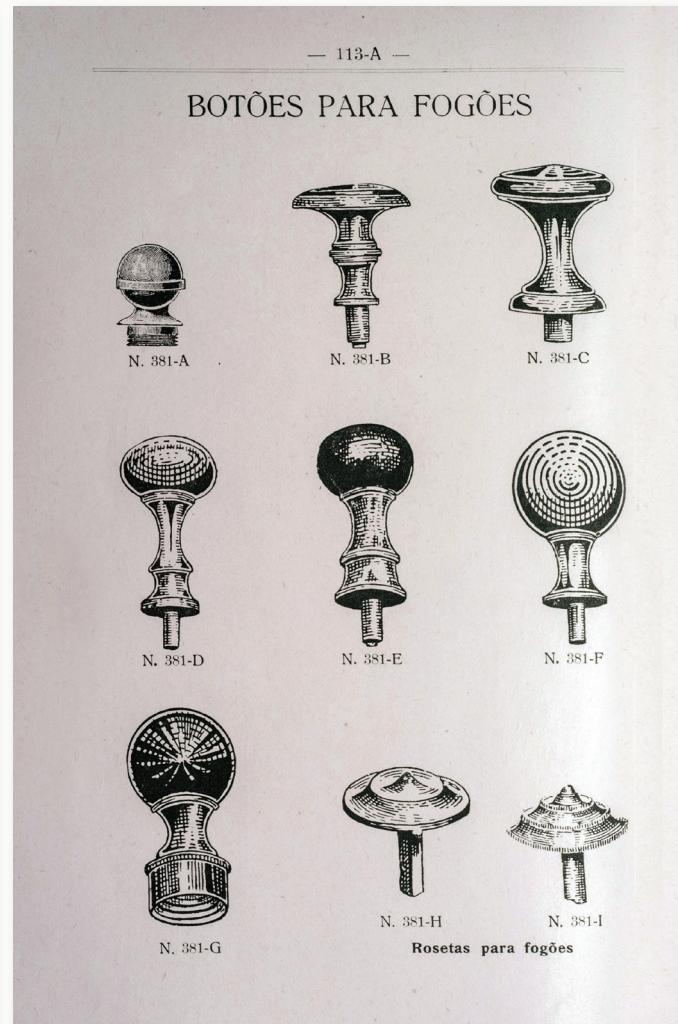
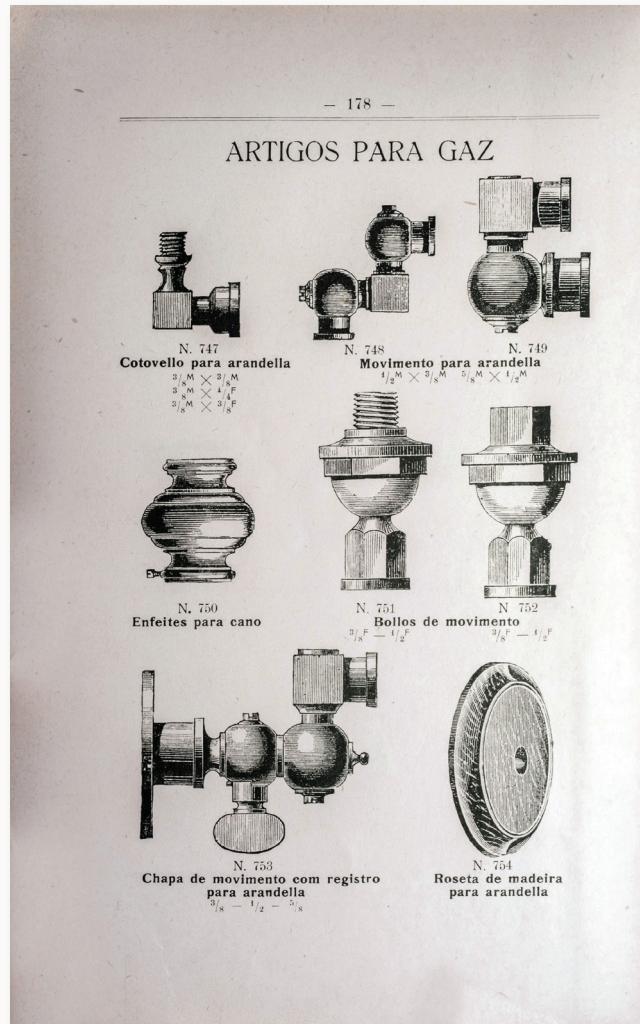
Com a desativação dos últimos lampiões, a Companhia voltou-se ao fornecimento de gás para fins domésticos e industriais. Investiu em fogões e aquecedores, promovendo novas formas de conforto urbano e transformando hábitos do lar.



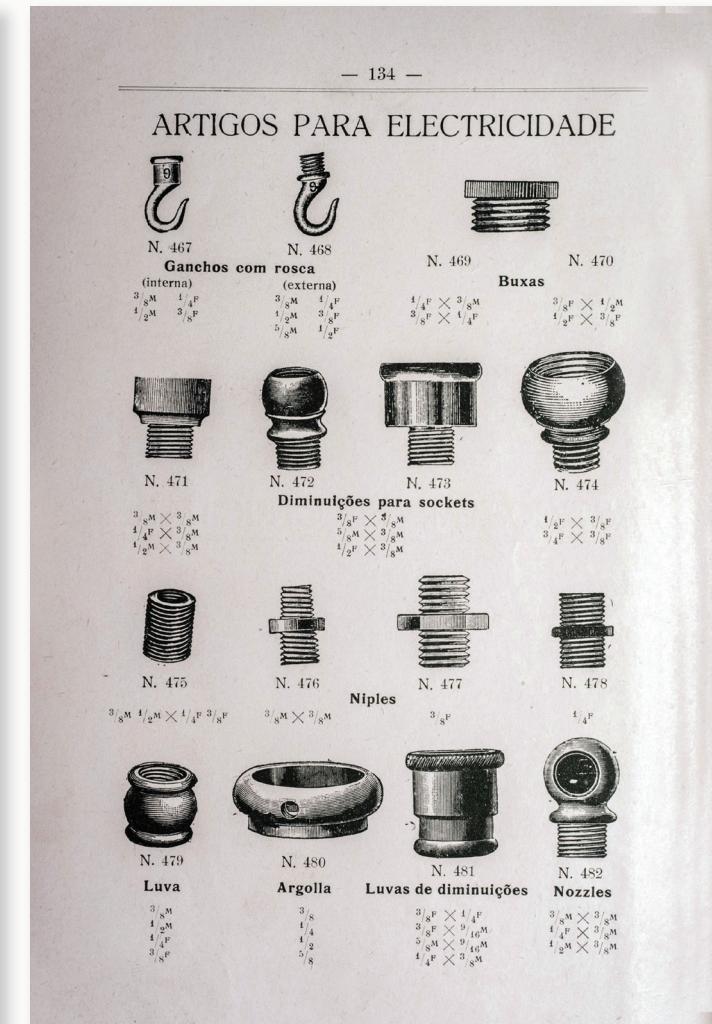
No antigo Solar da Marquesa, atual Museu da Cidade, a Cia de Gás montou uma luxuosa loja para "vender" os benefícios do gás para um lar moderno.



A fundação da Casa da Boia, em 1898, coincide com o período de consolidação dessas redes de infraestrutura urbana implantadas na capital paulista. Os produtos comercializados na loja da Rua Florêncio de Abreu foram, de certo modo, instrumentos materiais da modernização do espaço urbano paulistano, atendendo desde as próprias companhias quanto os consumidores que necessitavam adequar suas casas e estabelecimentos.



No catálogo comercial da década de 1920, observa-se, nas seções dedicadas aos artigos para vapor, fogões econômicos e eletricidade, que a empresa procurava atender simultaneamente às demandas das duas companhias — a Light e a San Paulo Gas Company — participando ativamente das transformações tecnológicas que redefiniram a vida doméstica e industrial na cidade.



Da gás à eletricidade. Rizkallah Jorge, atendo ao que acontecia, direcionava sua produção para atender as demandas geradas por ambas as tecnologias.

Os livros-caixa preservados em nosso acervo reforçam essa presença, registrando as duas empresas como clientes diretas da indústria da Casa da Boia.

Esses registros não apenas revelam a inserção da empresa na cadeia produtiva da modernização urbana, como também testemunham as interdependências entre o comércio local e os grandes empreendimentos estrangeiros que moldaram o cotidiano paulistano.

Mais de cem anos depois, a crítica tecida pelo jornal *A Gazeta* ainda ressoa.

As tarifas de energia, o custo do gás e o acesso desigual à infraestrutura permanecem temas sensíveis, com programas governamentais como o Gás do Povo tentando, ainda hoje, equalizar essas diferenças.

O gás, que iluminava as vitrines do progresso, lançava também sombras profundas sobre a desigualdade urbana. A cidade moderna se construiu sobre promessas de universalização, mas o que se consolidou foi um modelo em que o conforto era uma mercadoria e usufruí-lo, um privilégio.

A Casa da Boia é testemunha dessas transformações do espaço urbano. Em seu acervo, tubos, registros e outros objetos guardam a memória material de diferentes projetos de cidade — lembrando-nos que toda infraestrutura carrega em si não apenas uma história técnica, mas também uma história social.

Registers dos livros-caixa da Casa da Boia mostram que tanto a cia de gás quanto a de eletricidade eram assíduas compradoras dos produtos fabricados pela empresa.

Hew /

São Paulo, 30 de Setembro, de 1905	218600
Jaunposte	

9 R. Melchiori & Cia	12900
George Bagot & Son	96000
Companhia de Gás	130000
Hugo Heise & Cia	80000
R. Cardinale	6122

Erico & Cia	10000
Hermann Theil	96000
Companhia de Gás	4000
A. Oliveira da Rocha	11000
José Lombardo, Irineu	14000

22 F. Peatarazzo & Cia	72100
Gires Fontoura & Cia	5000
The J. G. & Light & Power Co.	62000
23 Casa Freus	126000

Referências

A Gazeta. Os vampiros do povo - a rapina sistematizada do sindicato do gás.
São Paulo. 17 de julho de 1915. capa.

A Gazeta. Os vampiros do povo - mil e quinhentos contos que os donos não tornam a ver.
São Paulo. 19 de julho de 1915. capa.

SILVA, João Luiz Máximo da Cozinha Modelo.
São Paulo: EdUSP, 2008

Imagens:

Reportagem Inicial da Gazeta: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763900&Pesq=lampe%c3%a3o&id=646008180811&pagfis=3767> (edição 2826)

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763900&Pesq=lampe%c3%a3o&id=646008180811&pagfis=3775> (edição 2827)

Fachada da Companhia: <https://energiasaneasp.pergamum.com.br/acervo/58790>

Imagens do Gasômetro, da Casa das Retortas: <https://artsandculture.google.com/story/BAVBQOBElhdUw?hl=pt-br>

Fonfon- Anuario

Acervo Casa da Boia

*Diretor: Mario Rizkallah
novembro, 2025*



Casa das Retortas, no Brás. Acervo Fundação Energia e Saneamento.